



Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: Centro Social Nossa Senhora da Esperança

1.2 – Sede: Rua da Casa do Povo, nº 11
Monte Carvalho
7300-430 Ribeira de Nisa

1.3 – Natureza da atividade:

O Centro Social Nossa Senhora da Esperança é uma Instituição Privada de Solidariedade Social e tem por objectivo o apoio social à terceira idade, através da prestação de serviços de apoio domiciliário, centro de dia e lar de idosos.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas no corrente ano de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, publicada pelo Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, sendo os modelos das demonstrações financeiras aprovados pela Portaria nº 105/2011, de 14 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março.

PRICIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As bases de mensuração usadas no decorrer de 2015 são as constantes na NCRF-ESNL

3.2 – Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são reconhecidos no fundo patrimonial e vão sendo creditados na conta 7883, em quotas constantes, durante o período de vida útil estimado para os ativos com os quais se relacionam.

3.3 – Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.4 – Outras políticas contabilísticas

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas

3.5 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e é reconhecido quando as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ⌈ a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- ⌈ seja provável que os benefícios económicos presentes e futuros associados à transação fluam para a entidade.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o ano de 2015 os investimentos efetuados respeitam à aquisição de equipamento que ao longo do ano se foi revelando necessário, sendo registado pelo valor constante nas faturas emitidas pelos fornecedores. Todos os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas.

O equipamento adquirido a partir de 2013 foi depreciado pelo método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro. Para o restante equipamento o método utilizado também foi o das quotas constantes e as taxas utilizadas foram as que constam do Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março, como a seguir se indica:

Edifícios e outras construções	2,00%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

<u>ATIVO BRUTO</u>	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências e abates	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	4.987,98	-	-	4.987,98
Edifícios e outras construções	1.252.242,37	-	-	1.252.242,37
Equipamento básico	128.508,17	5.000,29 (a)	-905,05	132.603,41
Equipamento de transporte	35.156,57	-	-	35.156,57
Equipamento administrativo	12.734,89	994,58	-155,20	13.574,27
Outros ativos fixos tangíveis	1.755,09	1.532,10	-	3.287,19
Total	1.435.385,07	7.526,97	-1.060,25	1.441.851,79

(a) inclui 974,70 € relativo a diverso equipamento administrativo oferecido por Entrajuda.

Nota: Os valores negativos constantes na coluna “transferências e abates” respeitam a devolução de equipamento que não estava em conformidade com a encomenda efetuada

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

<u>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</u> Transferências Saldo	Saldo		Depreciações	
	Inicial	do exercício	e abates	final
Terrenos e recursos naturais 0,00	0,00	-	-	
Edifícios e outras construções	29.234,76	25.044,85	-	54.279,61
Equipamento básico	44.990,90	15.759,11	-	60.750,01
Equipamento de transporte	35.156,57	-	-	35.156,57
Equipamento administrativo	3.555,20	2.736,96	-	6.292,16
Outros ativos fixos tangíveis	776,39	1.717,92	-	2.494,31
Total	113.713,82	45.258,84	-	158.972,66

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o ano de 2015 não foi efetuado qualquer investimento nesta rubrica, sendo o existente respeitante a “*Programas de computador*”, adquirido em data anterior a 2012, registando-se ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

O método de depreciação foi o das quotas constantes e a taxa utilizada foi de 33,33%, de acordo com o Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de Março. Todas as aquisições a efetuar a partir de 2012 serão depreciadas de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nos activos intangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

<u>ATIVO BRUTO</u>	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências e abates	Saldo final
Programas de computador	3.726,93	-	-	3.726,93

<u>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</u> Transferências Saldo	Saldo		Depreciações	
	Inicial	do exercício	e abates	final
Programas de computador	3.726,93	-	-	3.726,93

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O valor de 663,48 € inscrito refere-se ao encargo com o Fundo de Compensação do Trabalho, instituído pela Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de Setembro.

INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nesta instituição apenas se consideram nos inventários os valores referentes à aquisição de géneros alimentares para confeção das refeições dos utentes. Deste modo, a quantia de 856,20 € escriturada no Balanço representa o valor dos últimos géneros adquiridos que ainda não foram confeccionados, sendo a mensuração adotada a do preço de aquisição dos respetivos produtos.

O CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS APRESENTA-SE COMO A SEGUIR SE DEMONSTRA:

Inventários no início do período	1.215,98
Compras	49.751,71
Reclassificação e regularização de inventários	412,78
Inventários no fim do período	856,20
Custo das matérias consumidas	50.524,27

CLIENTES / UTENTES

O valor de 10.151,34 € refere-se ao débito de alguns utentes, relativo a mensalidades de Dezembro.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O valor de 1.733,02 € respeita ao débito da Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo aos reembolsos de 50% do IVA incluído nas faturas emitidas pelos fornecedores de equipamento e de géneros alimentares.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

O montante de 20.734,65 € resulta do seguinte:

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

- 1.642,27 \$ débito de FEDER (Inalentejo), referente à parte restante do subsídio concedido para aquisição de equipamento para o Lar. (contrato assinado em 13 de Setembro de 2012).
- 12.500,00 \$ débito de FEDER (Inalentejo), referente à parte restante do subsídio concedido para construção do edifício do Lar. (contrato assinado em 29 de Maio de 2013).
- 3.998,57 \$ débito do Centro de Saúde de Portalegre, relativo à participação de 50% nos gastos de eletricidade e água no corrente ano.
- 902,50 \$ débito de ISS, IP - Centro Distrital de Portalegre, relativo ao programa de emergência alimentar (cantinas sociais) do mês de Dezembro.
- 1.691,31 \$ débito de IEFEP, relativo ao projeto medida estímulo emprego (1.257,88) e ao projeto medida apoio à contratação via reembolso TSU (433,43).

DIFERIMENTOS ATIVOS

A quantia de 730,41 € respeita ao pagamento de seguros, cujos gastos só serão reconhecidos em 2016:

Viaturas	298,90 €
Acidentes pessoais – individual	139,51 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	292,00 €
Total	730,41 €

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

São os seguintes os meios financeiros líquidos constantes no Balanço:

Numerário	533,60 €
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	
Depósitos à ordem	36.766,05 €
Caixa Geral de Depósitos	26.091,66 €
Montepio Geral	10.674,39 €
Outros depósitos bancários	
Montepio Geral	88.000,00 €
Soma dos meios financeiros	125.299,65 €

FUNDOS PATRIMONIAIS

O montante expresso no Balanço em “*Outras variações dos fundos patrimoniais*” resulta exclusivamente de subsídios de Piddac, Fundo do Socorro Social, Eventual e Euromilhões, recebidos através da Segurança Social, e um subsídio concedido por FEDER (Inalentejo) através da Operação nº Alent-09-0356-FEDER-002013 (contrato assinado em 29 de Maio de 2013), todos destinados à construção do edifício do Lar de Idosos, bem como de outro subsídio concedido por FEDER (Inalentejo), para aquisição de equipamento, através da Operação nº ALENT-09-0356-FEDER-001664. (contrato assinado em 13 de Setembro de 2012), e ainda um subsídio concedido por PRODER, (Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas), para aquisição de equipamento, através da Operação nº 020000908487 – subprograma *dinamização das zonas rurais* (contrato assinado em 22 de Julho de 2014).

Estes subsídios encontram-se discriminados no “*Mapa de controlo dos subsídios para investimento*”, pelo que apenas se procede ao detalhe da rubrica “*Fundos patrimoniais*” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2015:

Período de 2014 e 2015

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1	50.000,00	26.806,21	926.975,52	4.955,93	1.008.737,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do período	0,00	4.955,93	0,00	-4.955,93	0,00
Subsídios ao investimento atribuídos	0,00	0,00	7.145,12	0,00	7.145,12
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00	-25.426,83	0,00	-25.426,83
	0,00	4.955,93	-18.281,71	-4.955,93	-18.281,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3				89.325,23	89.325,23
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 4=1+2+3	50.000,00	31.762,14	908.693,81	89.325,23	1.079.781,18

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 1	50.000,00	31.762,14	908.693,81	89.325,23	1.079.781,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do período	0,00	89.325,23	0,00	-89.325,23	0,00
Subsídios ao investimento atribuídos	0,00	0,00	9.542,22	0,00	9.542,22
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00	-26.910,66	0,00	-26.910,66
	0,00	89.325,23	-17.368,44	89.325,23	-17.368,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3				77.608,51	77.608,51
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 4=1+2+3	50.000,00	121.087,37	891.325,37	77.608,51	1.140.021,25

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Trata-se de um empréstimo bancário de 250.000,00 €, a médio e longo prazo (10 anos), obtido no Montepio Geral, instituição bancária onde obtivemos melhores condições, que se destinou a fazer face às despesas finais de construção do edifício do lar de idosos. Embora tenha sido solicitado em 2014, apenas se materializou em Março de 2015.

FORNECEDORES

O detalhe da rubrica “Fornecedores” é como segue:

EDP, S.A.	2.637,71 €
G L S – Combustíveis, Lda.	1.682,64 €

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

Fernando Manuel M. Pinto	880,13 €
Farinhas & Gueifão	1.472,14 €
Albigel, Lda.	745,24 €
Axa Portugal C ^a de Seguros	13,01 €
Alberto Jorge P. C. Bagorro	2.122,20 €
José de Matos Martinho	390,77 €
Serragel	668,40 €
Abrancongelados, Lda.	151,05 €
Horti-Sul – Unipessoal	268,08 €
Beira Sumos, Lda.	415,19 €
Joprodutos	853,02 €
PT Empresas	129,78 €
Repsol Gás Portugal	800,08 €
A. Mendes Torrado & Carvalho, Lda.	411,68 €
Chemzy, Lda.	123,00 €
Manuel Machado Fernandes & C ^a Lda.	218,09 €
Advérbios e Provérbios, Unipessoal, Lda.	79,95 €
Bastos Viegas, S.A.	11,44 €
J. Bagina, Lda.	747,81 €
Abranfrio, Lda.	48,89 €
Soma	14.870,30 €

Estes fornecedores efetuam fornecimentos de natureza corrente, a maioria de géneros alimentares, sendo estes valores normalmente regularizados no mês seguinte.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Refere-se à retenção na fonte efetuada às trabalhadoras nos vencimentos de Dezembro de 2015 e respetivo encargo patronal para a Segurança Social, como a seguir se detalha:

Retenção de impostos sobre o rendimento	424,00 €
Retenção de descontos para a Segurança Social	2.540,85 €
Encargo p/ Segurança Social da entidade empregadora	5.296,16 €
Contribuição p/ Fundo Compensação Trabalho	57,45 €
Contribuição p/ Fundo Garantia Compensação Trabalho	4,64 €
Soma	8.323,10 €

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor inscrito tem o seguinte detalhe:

Portenergia, Lda.	13.014,31 €
Previsão encargos com férias de 2015 a pagar em 2016	12.319,00 €
Previsão encargos com subs. Férias de 2015 a pagar em 2016	12.319,00 €
Previsão dos respetivos encargos para Seg Social (22%)	5.420,36 €
Encargos com água de Dezembro de 2015	272,51 €
Câmara dos Solicitadores	99,62 €
Soma	43.444,80 €

O primeiro é fornecedor de imobilizado. A Câmara dos Solicitadores refere-se a desconto por via judicial, efetuado em Dezembro a uma funcionária.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor dos serviços prestados detalha-se do seguinte modo:

Mensalidade dos utentes	264.935,51 €
Quotizações de associados	1.776,72 €
Soma	266.712,23 €

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios incluídos na demonstração de resultados são desagregados como a seguir se indica:

Instituto da Segurança Social, I.P.	146.177,35 €
Instituto do Emprego e Formação Profissional	27.467,39 €
União Freguesias Ribeira de Nisa e Carreiras	1.750,00 €
Donativos em numerário	1.576,09 €
Donativos em espécie	1.611,82 €
Soma	178.582,65 €

Relatório e Contas

Ano de 2015

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica detalha-se como a seguir se indica:

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Trabalhos especializados (retificação de áreas e medidas autoproteção)	1.218,59 €
Publicidade e propaganda	483,39 €
Honorários (Advogado)	147,60 €
Conservação e reparação	7.846,52 €
Outros (serviços bancários)	169,50 €

MATERIAIS

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.235,38 €
Material de escritório	1.218,85 €
Artigos para oferta	896,70 €

ENERGIA E FLUIDOS

Eletricidade	7.304,73 €
Combustíveis	14.461,59 €
Água	1.325,84 €

SERVIÇOS DIVERSOS

Comunicação	1.493,97 €
Seguros	996,35 €
Contencioso e notariado	493,62 €
Despesas de representação	640,65 €
Limpeza, higiene e conforto	14.825,48 €

OUTROS SERVIÇOS

Jornais e revistas	60,00 €
Encargos de saúde com utentes	790,82 €
Atividades lúdicas	350,00 €
Outros (palmas flores p/ funerais utentes, animações musicais em festas, etc.)	472,30 €

Soma **57.431,88 €**

GASTOS COM PESSOAL

É o seguinte o detalhe desta rubrica:

Remunerações certas de pessoal efetivo	136.810,55 €
Remunerações certas de pessoal contratado a prazo	8.322,45 €
Remunerações certas de pessoal colocado pelo I.E.F.P.	30.535,06 €
Remunerações adicionais (subsídio de turno)	8.289,33 €
Encargos sobre remunerações (Segurança Social e FGCT)	39.878,94 €

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

Seguros acidentes de trabalho e doenças prof.	1.301,07 €
Formação profissional	55,00 €
Outros gastos com o pessoal (apoio medicam + vestuário e calçado)	513,38 €
Soma	225.705,78 €

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O montante inscrito nesta rubrica desdobra-se como a seguir se indica:

Programa de emergência alimentar (cantinas sociais)	7.062,50 €
Fornecimento de refeições a alunos ATL (obras cozinha)	1.722,50 €
Descontos pronto pagamento obtidos (em aquis medicamentos)	36,21 €
Imputação de subsídios para investimentos	26.910,66 €
Soma	35.731,87 €

OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

Imposto de selo	0,70 €
Quotizações (União Distrital IPSS de Portalegre)	160,00 €
Encargos c/ projeto medida emprego-inserção	2.551,20 €
Encargos c/ programa estágio profissional	4.780,05 €
Juros de mora (pag fora prazo Fundo Comp Trab e Fundo Garant Comp Trab]	2,37 €
Soma	7.494,32 €

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O valor de 16,85 € refere-se a juros de uma conta a prazo criada pelo Montepio, de onde faz a gestão das necessidades da conta à ordem.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

O montante inscrito resulta do pagamento de juros e outras gastos, na sequência do pedido de empréstimo bancário efetuado ao Banco Montepio Geral, que se concretizou em Março de 2015, e que a seguir se desdobra:

Juros de financiamento	11.903,31 €
Comissões	1.250,00 €
Imposto de selo	1.700,82 €
Seguros	725,87 €
Dispensa registos provisórios + despesas contratação	1.050,00 €
Registo hipoteca na Conservatória Registo Predial	390,00 €
Soma	17.020,00 €

FLUXOS DE CAIXA

Estes fluxos tiveram expressão nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, assim desagregadas:

27.1 RECEBIMENTO DE CLIENTES E UTENTES

Refere-se ao valor efetivamente recebido dos utentes relativo às mensalidades pela frequência no Lar de Idosos, no Centro de Dia e aos serviços de Apoio Domiciliário.

27.2 PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Refere-se aos pagamentos efetuados aos fornecedores durante o ano de 2015.

27.3 PAGAMENTOS AO PESSOAL

Montante ilíquido pago ao pessoal, relativo a vencimentos, diuturnidades, subsídios de férias e de Natal e subsídios de turno.

27.4 OUTROS RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS

Refere-se aos recebimentos de

Reembolso de IVA por parte do Serviço de Administração do IVA	1.060,25 €
IEFP – Projetos medida emprego – inserção e inserção +	830,01 €
IEFP – Programa estágios profissionais	6.673,72 €
IEFP – Programas diversos de contratação de pessoal	28.116,96 €
Centro de Saúde – Reembolso 50% eletricidade (até 1º sem.2015)	11.135,67 €
Centro de Saúde – Reembolso 50% água (até 1º semestre 2015)	1.937,25 €
Quotizações de associados	1.776,72 €
Subsídios da Segurança Social referentes a acordos cooperação	146.177,35 €
Autarquias – União das Freguesias de Ribeira e Nisa e Carreiras	1.750,00 €
Donativos em numerário	1.576,06 €
Cantinas sociais	7.012,50 €
Fornecimento de refeições a alunos do ATL (obras na cozinha)	1.722,50 €
Descontos pronto pagamento obtidos (em aquis medicamentos)	36,21 €
Utentes – reembolso de fraldas	3.260,65 €
Utentes – reembolso de medicamentos e de outras despesas	9.072,31 €
Retenção na fonte – s/ rendimentos de trabalho dependente	7.111,00 €
Retenção na fonte – s/ rendimentos de trabalho independente	129,54 €
Retenção às funcionárias de contribuições p/ Segurança Social	19.116,02 €
Retenção a funcionária de desconto por via judicial	218,60 €
Soma	248.713,32 €

e aos pagamentos de

Honorários (advogado)	147,60 €
Serviços bancários (comissões por transferências bancárias-CGD)	169,50 €
Contencioso e notariado (certidões e reconhecimento de assinaturas)	493,62 €
Atividades lúdicas	350,00 €
Imposto de selo	0,70 €
Quotizações à UDIPSS de Portalegre	160,00 €
Pagamento n/ encargos – projetos med emp inserção e inserção +	2.551,20 €
Pagamento n/ encargos – programa estágios profissionais	3.984,61 €
Juros de mora (pag fora prazo Fundo Comp Trab e Fundo Garant Comp Trab)	1,85 €
Pagamento por conta de utentes de medicamentos e out desp	10.555,38 €
Pagamento retenção na fonte s/ rendim trabalho dependente	7.126,00 €
Pagamento retenção na fonte s/ rendim trabalho independente	160,17 €
Pagamento à Seg Social das contrib da entidade empregadora	34.473,11 €
Pagamento à Seg Social da retenção efetuada às funcionárias	17.746,91 €
Pagamento do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	34,44 €
Pagamento do desconto por via judicial efetuado a funcionária	118,98 €
Soma	78.074,07 €

Centro Social Nossa Senhora da Esperança

Relatório e Contas

Ano de 2015

27.5 PAGAMENTOS RESPEITANTES A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Refere-se aos pagamentos efetuados no corrente ano, de faturas referentes a aquisição de equipamento e do final da construção do edifício do lar:

Equipamento	8.591,08 €
Construção do edifício do lar	290.939,88 €
Soma	299.530,96 €

27.6 PAGAMENTOS RESPEITANTES A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Refere-se ao pagamento, durante o ano de 2015, do Fundo de Compensação do Trabalho, conforme determina a Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de Setembro.

27.7 RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Refere-se aos recebimentos de parte dos subsídios concedidos para aquisição de equipamento:

Operação ALENT-09-0356-FEDER-001664 (aquis equip)	9.232,28 €
Operação PRODER (IFAP) 020000908487 (aquis equip)	7.145,12 €
Soma	16.377,40 €

27.8 RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Refere-se ao recebimento do empréstimo obtido no Banco Montepio Geral, para fazer face à conclusão do pagamento da obra de construção do edifício do Lar de Idosos.

27.9 PAGAMENTOS RESPEITANTES A FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Refere-se ao reembolso efetuado durante o ano de 2015, do empréstimo obtido no Banco Montepio Geral.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

28.1 Ao longo do ano o número médio de trabalhadoras foi de 22 (vinte e duas), assim distribuídas:

Pessoal do quadro

- 1 diretora
- 1 encarregada geral
- 1 escriturária de 3^a
- 2 ajudante de ação direta de 1^a
- 1 ajudante de ação direta de 2^a
- 6 ajudante de ação direta de 3^a
- 1 cozinheira de 3^a
- 2 ajudante de cozinheira
- 1 lavadeira

As seis ajudantes de ação direta de 3^a estiveram, até Março, colocadas através de projetos do IEFP, estando cinco afetas à valência “lar”. Todo o restante pessoal é comum às valências “lar”, “centro de dia” e “apoio domiciliário”.

Pessoal contratado a prazo

- 1 ajudante de cozinheira
- 4 auxiliares de serviços gerais

Todo este pessoal esteve seis meses colocado através de projetos do IEFP, estando a ajudante de cozinheira afeta à valência “lar” e sendo as restantes comuns a todas as valências.

Pessoal colocado através de projetos do IEFP

- 1 enfermeira (adstrita a todas as valências)

28.2 Os órgãos diretivos são compostos por

Assembleia geral (3 elementos)

Direção (5 elementos)

Conselho fiscal (3 elementos)

e não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.